

Contra FMI? Tome ONU

JORNAL DO BRASIL

20 JUL 1991

Milton Temer *

Que me perdoem os economistas realistas e o senso comum dos analistas especializados nos meios de comunicação. Que me perdoem algumas cabeças bem-pensantes do campo das forças progressistas e democráticas, hoje tão entusiasmadas pela "integração modernizadora" do Brasil ao Primeiro Mundo.

Mas está lá no Relatório final, recentemente divulgado, do Grupo de Trabalho do Programa da ONU para o Meio Ambiente. Está lá, alicerçando um elenco de propostas para a solução preventiva das dramáticas e previsíveis consequências do temido efeito estufa sobre a vida na Terra:

"Suspensão da cobrança da dívida externa dos países do Terceiro Mundo; comércio equânime entre as nações; transferência, sem ônus, da tecnologia dos países ricos para os subdesenvolvidos, ou em vias de desenvolvimento."

Aos que fizerem o ar de descrença contra "a coisa armada", é bom lembrar que a composição desse grupo de trabalho não permite suspeitas. Nele têm assento tanto representantes de países devedores quanto, e principalmente, dos próprios países credores. Não há, portanto, visão altruística ou demagógica. Há conclusões científicas que vão, majoritariamente, na direção das preocupações hoje responsáveis por insônias entre a população mais influenciável dos países industrializados, constantemente assustada

pelas notícias de "queimadas na Amazônia".

Mas o atento leitor terá todo direito à perplexidade: o que tem a dívida externa do Terceiro Mundo a ver com os gases geradores do efeito estufa?

Muito, responde o relatório. Naquilo que depende do homem — sim, pois não somos só nós os perversos. A própria natureza produz esses gases, e em quantidades gigantescas — a responsabilidade maior é indiscutivelmente do Primeiro Mundo.

Com tudo o que investem na obrigatoriedade de filtros e equipamentos purificadores de dejetos industriais, os países ricos contribuem com pelo menos 75% dos gases produtores de efeito estufa na atmosfera.

Isso, mesmo com cuidados extremos, como o do Japão, que não fabrica o alumínio utilizado em seu parque industrial de ponta em função da poluição ambiental que provoca. Prefere fazê-lo em territórios mais distantes. Como — só para citar um que nos interessa — no Maranhão, onde produz sua fumaça venenosa com energia subsidiada por estatal brasileira.

Diante desse quadro, que posição deveria tomar o Grupo de Trabalho da ONU? Evidentemente, não poderia operar no irreal. Não poderia propor aos países do Terceiro Mundo o emprego de recursos que tornassem seus preços industriais ainda menos competitivos. Seria o massacre final, por cima do que já é imposto pelo desnível tecnológico.

Os especialistas da ONU concluem sem vacilar: as angústias das populações dos paí-

ses subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento não estão exatamente no terreno da medição da possível poluição ambiental. Elas estão na impossibilidade de resolver questões muito mais imediatas, verdadeiras enfermidades típicas de seu quadro clínico quase permanente. O que necessitam, urgentemente, é garantir a simples sobrevivência racional de suas amplas parcelas submetidas ao quadro de fome endêmica.

O acima transcrito tem uma razão de ser. Vem a propósito das últimas declarações do Ministro da Economia, o culto Embaixador Marcílio Marques Moreira, garantindo a manutenção da "política de austeridade" vigente, e um "nem pensar" a qualquer hipótese de retomada do crescimento e ampliação do mercado de trabalho. "Poríamos tudo a perder, quando os resultados já estão perto." Que resultados, pergunta o incauto? Depois de um ano e quatro meses de governo Collor, aceleramos (sim, porque o ônus é coletivo) o sucateamento do parque industrial brasileiro, levamos o PIB a índices aterradorizadores, e congelamos salários como nunca. Tudo em nome do combate à inflação. Que se mantém nos terríveis 10% mensais.

Ora, ora... nada contra a preocupação de manter o Brasil em relações afáveis com seus "credores", através do atendimento às exigências drásticas que o FMI não cessa de nos fazer como premissas de acordo em mesas de negociação. Resta saber se o país já não está, e desde muito, cumprindo esses preceitos ortodoxos exigidos. E refletir sobre

quem tem pago a fatura e quem tem laturado os lucros.

Calma, portanto, no açodamento dessa "modernidade" distorcida, sem precisar o tipo de integração que queremos.

Se for para nos colocar entre os onze por cento da própria população americana que trafegam abaixo do nível da pobreza absoluta (isso mesmo: 32 milhões de americanos, segundo outro Relatório recente da ONU, o do Desenvolvimento Humano), não se-
nhor...

Se for para nos manter numa divisão internacional de riquezas que permite aos 20% mais bem alimentados do Planeta abocanharem os benefícios de 80% do que é produzido, muito obrigado. Essa integração não nos interessa.

Não podemos aceitar passivamente a argumentação de que o capital estrangeiro deixou de investir no Brasil por conta de nossa "postura estatista". Afinal, isso nunca nos incomodou ao tempo em que nossa economia experimentava crescimentos anuais incessantes. O capital estrangeiro nos abandona porque deixamos de ser mercado consumidor, por conta da estagnação-simbolo da década de 80.

E por essa parada fora do ponto, têm muito a ver as armadilhas que nos foram impostas pelos acordos para o pagamento das obrigações de uma discutível dívida externa, que só encontram paralelo na agiotagem reles de porta de repartição pública.

Nosso superávit do comércio exterior — constante nos balanços mensais da década, e tão decantado nas manchetes dos meios de

comunicação — não serviu à reforma de nossas estruturas econômicas arcaicas. Não serviu a uma melhor distribuição de renda, nem a melhores serviços nas obrigações do Estado com a cidadania.

Serviu, sim, para enviar aos nossos credores — entre 1980 e 1988 — cerca de US\$ 85 bilhões de dólares "cash". Pelos "serviços e juros" da dívida. Enquanto o principal, no mesmo período, ia de US\$ 64 para US\$ 114 bilhões. Quem pode explicar essa matemática, sem levar seus 10%?

Os dados e proposições da ONU nos dão força política para apostar na integração a partir de um patamar ético: a obrigação de, pelo menos, tentar inserir os 40 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza absoluta na tão glorificada economia de mercado. Não por caridade cristã, mas pela compreensão pragmática de que a nós interessa o aporte de capital estrangeiro numa operação de trocas minimamente equilibrada. Sem submissão ou falácias, de parte a parte. Fazendo-o vir porque aqui há quem compre o que ele se proponha a produzir.

Fora disso, é o roteiro de filme que a gente já conhece, onde não existe "mocinho". Existem interesses. Se a grande maioria puder influir na receita do crescimento do bolo, o produto não ficará para os poucos que chegarem primeiro à mesa, e a integração virá, sem dúvida. Sem que a soberania se avilte, e o "meio ambiente" humano se degrade.

* Jornalista, editor do Jornal das Nações Unidas (TVE)